

# Comissão vai ouvir líderes

O relator da Comissão Mista do Congresso Nacional - responsável pelo estudo da mensagem presidencial que convoca a Assembleia Nacional Constituinte - deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), irá iniciar esta semana contatos com todas as lideranças partidárias com o objetivo de conhecer qual a opinião dos partidos sobre a convocação da Constituinte. Dentre os vários temas que serão tratados, um deverá ter um aprofundamento maior: a questão da prorrogação dos atuais mandatos legislativos. Bierrembach disse que "prorrogar mandatos não é preocupação de ninguém na comissão", mas admitiu que a tese vem sendo discutida por integrantes de diversos partidos.

Por enquanto, de acordo com o relator, a comissão não tem nenhuma opinião formada sobre a convocação da Constituinte. Existem apenas posições pessoais, "a posição coletiva somente começará a ser conhecida a partir de primeiro de outubro" - quando terminam as audiências que vêm sendo realizada para que sejam conhecidas as opiniões dos diversos setores sociais sobre a Constituinte.

O deputado por São Paulo admitiu que, se for preciso, irá conversar com os integrantes do governo Sarney para conhecer melhor qual é a posição oficial do Poder Executivo sobre esta Constituinte.

Hoje a Comissão irá ouvir o presidente da Central Unica dos

Trabalhadores, Jair Meneghelli. Ele irá defender a necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva - eleita com o único propósito de redigir uma nova Carta Magna. A candidatura avulsa e a revogação do chamado entulho autoritário também serão propostas defendidas pelo sindicalista.

Em sua opinião, a mensagem presidencial apenas transfere o poder constituinte para um poder constituído. Por isso, sair considera ilegítima a forma de convocação da Constituinte feita pelo presidente Sarney. Para o líder sindical, a Assembleia acabará por legislar em causa própria.

A candidatura avulsa é defendida por Meneghelli porque ela permitiria que pessoas conhecedoras da realidade social, brasileira, impedidas por ética profissional de se filiarem ou serem identificadas com partidos políticos, fossem escolhidas como constituintes pelo conhecimento da realidade social do País. Citou como exemplo prático o caso de Walter Barelli - diretor-técnico do DIEESE - com acesso a informações estatísticas dos sindicatos e, por isso mesmo, impedido de filiação partidária para não ferir a credibilidade do seu trabalho.

Quanto à comissão de estudos constitucionais, criada pelo Poder Executivo para elaborar um anteprojeto de Constituição a ser entregue a Assembleia Nacional Constituinte, o presidente da CUT disse ser "radicalmente contra a comissão dos notáveis".